



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



A Pedagogia histórico-crítica e suas contribuições: na era da inteligência artificial, o que fazer com o conhecimento humano científico?

PRÁTICAS DAS ALFABETIZADORAS NA ESCOLA ESTADUAL DÁCIO AMORIM FONSECA A PARTIR DA PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 5.692/1971

Mestranda em Educação

Sandra Helena das Neves Silva

Universidade Federal de Catalão – PPGEDUC

sandraswot@gmail.com

Orientadora

Dra. Michelle Castro Lima

Universidade Federal de Catalão – PPGEDUC

michellelima@ufcat.edu.br

GT 2 – História da Educação e Pesquisa (auto) Biográfica

INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, representou um marco na história da educação brasileira, ao estabelecer novas diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, além de ampliar a obrigatoriedade da escolarização. Essa legislação visou modernizar o sistema educacional, padronizando currículos, orientando a formação docente e reforçando o caráter técnico-administrativo das escolas públicas. No contexto da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca, situada na cidade de Ouvidor (GO), essas mudanças tiveram impactos significativos nas práticas pedagógicas, especialmente no trabalho das alfabetizadoras que atuavam na instituição.

Historicamente, o ensino de alfabetização no Brasil, sobretudo em regiões com características rurais e menor desenvolvimento socioeconômico, enfrentava inúmeros desafios, entre eles a falta de recursos didáticos, formação inadequada dos docentes e a forte presença de

Realização:



Apoio:



A Pedagogia histórico-crítica e suas contribuições: na era da inteligência artificial, o que fazer com o conhecimento humano científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



métodos tradicionais, centrados na memorização e na cartilha como principal instrumento de ensino (Silva, 2011). Nessas localidades, a escola frequentemente era o único espaço de socialização formal das crianças, e o trabalho docente demandava criatividade e adaptação constante, muitas vezes em condições precárias de infraestrutura.

O estudo tem como objetivo investigar como as alfabetizadoras da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca adaptaram suas práticas pedagógicas após a promulgação da Lei nº 5.692/1971, analisando possíveis transformações ocorridas nos métodos de alfabetização, continuidades e rupturas, bem como examinando a relação entre as políticas educacionais nacionais e a realidade local.

A relevância da pesquisa reside em contribuir para a compreensão histórica das práticas educativas em contextos regionais, articulando aspectos legais, políticos e culturais que influenciaram o ensino da alfabetização no Brasil durante as décadas de 1970 e 1980. Além disso, a pesquisa se insere no campo da história da educação e da pesquisa (auto) biográfica, considerando as narrativas das professoras alfabetizadoras como fontes históricas primárias, capazes de revelar dimensões da prática educativa que não aparecem nos documentos oficiais (Valdez & Alves, 2019; Souza, 2019).

DESENVOLVIMENTO

O campo de investigação deste trabalho situa-se na História da Educação, que entende a escola como espaço de produção cultural, construção de saberes e identidades sociais. A Lei nº 5.692/1971 trouxe tanto avanços quanto desafios para a implementação de novas práticas pedagógicas, especialmente em escolas públicas estaduais do interior do Brasil. Segundo Saviani (2007, p. 382), “as reformas educacionais do período militar estavam assentadas em um projeto de racionalização tecnicista que visava adaptar a escola às necessidades do mercado de trabalho”.

A Pedagogia histórico-crítica e suas contribuições: na era da inteligência artificial, o que fazer com o conhecimento humano científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



A implementação da lei exigiu das alfabetizadoras reorganização de suas práticas pedagógicas, mesmo diante das limitações estruturais das escolas do interior (Silva, 2011). Entre as principais dificuldades, destacavam-se turmas heterogêneas em idade e nível de alfabetização, alta evasão escolar, defasagem cronológica, além da escassez de materiais didáticos e livros didáticos apropriados ao contexto rural.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, buscando analisar as relações entre políticas educacionais nacionais e a realidade escolar do interior de Goiás entre as décadas de 1970 e 1980. O recorte temporal compreende o período de 1971 a 1988, permitindo investigar a implementação da legislação, suas repercussões sobre o currículo, a formação docente e as práticas de alfabetização. Essa perspectiva temporal permitirá identificar tanto rupturas quanto continuidades pedagógicas (Valdez & Alves, 2019).

Procedimentos metodológicos

- Levantamento documental: análise da Lei nº 5.692/1971, regimentos escolares, planos de aula, atas de reuniões pedagógicas e outros documentos oficiais da escola.
- Entrevistas semiestruturadas: com professoras alfabetizadoras que atuaram na instituição durante o período em estudo.
- Análise de conteúdo: conforme metodologia de Laurence Bardin (2011), para identificar categorias emergentes e compreender as continuidades e rupturas nas práticas pedagógicas.

Parte-se da hipótese de que, embora a legislação tenha promovido reorganização formal do currículo, acredita-se que as práticas pedagógicas nas turmas de alfabetização mantiveram forte influência dos métodos tradicionais, devido a limitações de formação docente, recursos e contexto social. Além disso, fatores como o perfil rural-urbano da comunidade, a sazonalidade do trabalho agrícola e a baixa frequência escolar reforçaram a necessidade de estratégias pedagógicas flexíveis.

A Pedagogia histórico-crítica e suas contribuições: na era da inteligência artificial, o que fazer com o conhecimento humano científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



A Lei Ordinária nº 8.780/1980 regulamentou o Sistema Estadual de Ensino em Goiás, reforçando a obrigatoriedade do ensino de 1º grau, estabelecendo estágio supervisionado mínimo de 140 horas anuais para habilitação de professores, evidenciando a tentativa de consolidar formação docente mais sistemática (Imbernón, 2009).

A análise das práticas das alfabetizadoras deve ser situada em um quadro histórico amplo, em que reformas educacionais das décadas de 1960 a 1980 estavam associadas ao projeto tecnicista do regime militar. Saviani (2007) aponta que tais reformas buscavam racionalizar o sistema escolar, subordinando-o às exigências do mercado de trabalho. Esse modelo concebia a escola como espaço de transmissão de conteúdos padronizados, reduzindo a prática docente à aplicação de métodos previamente definidos (Libâneo, 1990).

Entretanto, compreender o trabalho docente exige reconhecer espaços de resistência e criação pedagógica. Viñao Frago (1995) destaca que a escola é um espaço cultural e histórico, em que professores constroem práticas próprias em diálogo com imposições externas. Paulo Freire (1996) defende a docência como prática de liberdade, em constante recriação. Tardif (2014) reforça que a docência é prática social complexa, construída a partir da interação entre saberes profissionais, experiências pessoais e contexto institucional.

As alfabetizadoras, no contexto rural, desenvolveram estratégias de leitura e escrita contextualizadas, uso de objetos do cotidiano para reforçar vocabulário, atividades coletivas de dramatização de histórias e produção de cartazes educativos, evidenciando criatividade e autonomia frente às diretrizes padronizadas (Valdez, 2018). Esse processo mostra que, mesmo sob uma lógica tecnicista, o professor pode agir como agente transformador no espaço escolar.

Faria e Burioli (2024) evidenciam que a formação docente enfrentou alto índice de professores leigos e não titulados, especialmente nas regiões rurais. Nunes et al. (2014) apontam que a formação docente no período esteve condicionada a um modelo reprodutivista, garantindo uniformidade curricular, mas exigindo adaptação local. Souza (2019) e Santos & Vechia (2019)



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?

destacam que, mesmo em condições adversas, os professores desenvolveram práticas pedagógicas criativas e significativas.

CONCLUSÕES

Espera-se que a pesquisa revele que a implementação da Lei nº 5.692/1971 na Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca tenha ocorrido de forma gradual, permeada por adaptações, continuidades e resistências. As alfabetizadoras provavelmente se adaptaram às novas exigências legais, mas mantiveram, em parte, práticas tradicionais, em função de limitações estruturais, formação docente e contexto social.

O estudo pretende evidenciar que a simples promulgação de leis não garante transformações imediatas nas práticas pedagógicas. Investimentos em formação docente, recursos pedagógicos e compreensão das especificidades locais são essenciais. A pesquisa em andamento contribuirá para reflexões sobre a formação e atuação das alfabetizadoras em contextos semelhantes e reforça a importância de considerar a experiência docente como elemento central na construção histórica da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

Acesso em: 20 jul. 2025.

FARIA, Thaís Bento; BURIOLI, Simone. Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário: o serviço de supervisão e os cursos de aperfeiçoamento (Brasil, 1960/1970). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 24, p. 1-24, 2024.

FRAGO, Antonio Viñao. *Cultura escolar, currículo e saberes escolares*. Porto Alegre: Artes



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?

Médicas, 1995.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IMBERNÓN, Francisco. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. São Paulo: Cortez, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1990.

NUNES, Clarice; et al. *Formação de professores no Brasil: debates e perspectivas históricas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Maria Helena. *Educação e prática docente no meio rural brasileiro*. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

SOUZA, Ana Lúcia. *A contribuição dos estudos sobre grupos escolares*. São Paulo: Cortez, 2019.

SANTOS, Carla; VECHIA, Fernanda. *As escolas que construímos*. Porto Alegre: Penso, 2019.

VALDEZ, Helena; ALVES, Joana. *Espaços de educar: biografias femininas e ensino de história da educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

VALDEZ, Helena. *Formação docente no interior do Brasil: desafios e estratégias pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2018.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Porto Alegre: Artmed, 2014.

GOIÁS. Lei nº 8.780, de 23 de janeiro de 1980. Goiânia: Assembleia Legislativa, 1980.

Realização:



Apoio:

